

Governo nega asilo a biólogo venezuelano

■ Ecologista que denunciou matança de golfinhos em seu país deve regularizar a permanência pela lei de anistia dos estrangeiros

RICARDO BARESI E
JAILTON DE CARVALHO

BRASÍLIA - A presidente do Conselho Nacional de Refugiados, Sandra Valle, afirmou ontem que não há condições legais para que o biólogo venezuelano Aisur Ignácio Agudo Padron, que em 1993 denunciou mundialmente a matança de golfinhos pela indústria pesqueira de seu país, receba o status de exilado político do governo brasileiro. Segundo Sandra, que também é secretária nacional de Justiça, o caso do biólogo não se enquadra nas exigências da legislação internacional sobre refugiados políticos. O benefício só pode ser concedido a fugitivos de guerra ou para quem está sendo alvo de perseguição política e racial.

"Este não é o caso dele. A Venezuela tem um presidente eleito pelas

urnas, é um país democrático", afirmou a secretária. Para ela, a concessão de status de exilado político ao biólogo poderia ser interpretada como um desrespeito do governo brasileiro ao governo venezuelano. A secretária recomenda que Aisur Ignácio busque uma "solução técnica" para o problema. Para isso, basta o biólogo procurar, até o fim do ano, um posto da Polícia Federal e solicitar regularização de seus documentos.

"Despoliticizar" - Pela lei da anistia, que entrou em vigor no último 7 de setembro, todo estrangeiro, sem antecedentes criminais, pode recorrer ao benefício. "Vamos despoliticizar essa questão, que pode muito bem ser resolvida na esfera técnica", disse Sandra Valle. A secretária lembra ainda que, por ser considerado um bom profissional, Aisur terá facilidades pa-

ra encontrar um emprego e, com isso, agilizar a normalização dos papéis para sua permanência no Brasil.

Vivendo em Florianópolis, Aisur Ignácio tem status reconhecido pelo Alto Comissariado de Refugiados da ONU de único exilado ecológico do planeta. O drama do biólogo, funcionário do Ministério do Meio Ambiente da Venezuela e presidente da Fundatecea, organização não-governamental de defesa do meio ambiente, começou em 1993, quando em serviço oficial investigava a matança sistemática de golfinhos. Descobriu que os cetáceos eram mortos por barcos da própria indústria pesqueira da Venezuela, para transformação da carne em isca. O biólogo informou o governo, que não tomou nenhuma medida. Decidiu então partir para a denúncia, divulgando vídeos da ação dos pescadores.

Perseguição - A história chegou aos jornais da Europa e Estados Unidos e obteve ainda maior repercussão quando a rede de televisão CNN exibiu as cenas dos massacres nos meses de setembro e outubro de 93. Aisur Ignácio foi considerado inimigo público do governo, perseguido pelo lobby da indústria pesqueira e passou a viver refugiado em seu próprio país, após o governador do Estado do Sucre, Ramón Martínez, anunciar publicamente que ele seria fuzilado caso fosse preso. Aisur Ignácio estava na região da Amazônia venezuelana quando, em fevereiro de 1996, foi resgatado por ativistas ambientais da própria Venezuela, Estados Unidos, Aruba e Brasil.

No último domingo o advogado Alessandro Marceddu esteve em Brasília, quando foi pedir o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

que prometeu averiguar o andamento do processo e insistir junto ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que atenda a resolução do Alto Comissariado de Refugiados da ONU e consiga junto ao governo o status de exilado político. "Vamos fazer um pedido formal ao Ministério da Justiça que acate com maior brevidade a recomendação do órgão da ONU. E divulgar o caso entre as ONGs para que iniciem uma campanha de pressão junto ao governo", afirmou Marceddu.

Quando esteve em Brasília para cuidar do caso pela primeira vez, em setembro, o advogado afirma não ter tido sua condição de trabalho facilitada. "Sequer tive acesso aos autos. As condições atuais do processo são um verdadeiro mistério. E a informação de que o Conare o teria posto na pauta para julgamento em dezembro

é inverídica, pois, por ordem de antiguidade, o processo foi suplantado nas últimas semanas por uma dezena de pedidos de refúgio de pessoas do continente africano", afirma.

Aisur Ignácio Agudo Padron está em situação irregular no Brasil. O visto de permanência está vencido e, além de não poder trabalhar, está privado de todos os direitos civis. Com ele estão duas filhas - Sayda Lina, 3 anos, e Sayda Esther, 9 anos. Vive com R\$ 200 cedidos a refugiados pela ONU e conta com a ajuda de amigos para as demais necessidades.

Para não perder contato com o trabalho, fez, por conta própria, um levantamento da flora e fauna da costa leste da Ilha de Santa Catarina e, através do Projeto Floran, vem ajudando na criação do Parque Nacional do Leste da Ilha de Florianópolis.